

**AO: Artigo de Opinião**



*A Verdade (II)*

Existem três âmbitos sobre os quais se pode falar verdade: teórico (saber), prático (acção humana) e técnico (meios, utilidade).

Com S. Agostinho, quem duvida pensa, pelo que a verdade é possível. S. Tomás de Aquino argumenta a favor da verdade no juízo e da participação do entendimento humano na inteligência, onde ser e pensar se identificam. Por seu lado, Parménides diz que «é a mesma coisa ser e pensar», por considerar a verdade a afirmação absoluta do valor de se ser indivisível e desprovido de movimento.

Com Descartes a reflexão filosófica passa a privilegiar o pensar, em detrimento do ser. *Penso logo existo*. A verdade e a evidência e a certeza são coextensivas, para efeitos práticos. A evidência não se partilha, pois depende de cada pessoa. Verdade e certeza parecem sinónimas, ou melhor, a questão da verdade é substituída pela da certeza – não intencional mas de facto.

Uma vez que o mais natural é duvidar, toma-se como provisoriamente falso o que ainda não tiver sido demonstrado, porque Descartes propõe colocar as questões metodológicas em primeiro lugar. Logo, o que não respeita o critério, não pode ser reconhecido como verdadeiro. Deus torna-se o garante da verdade absoluta, pois o ser humano está instalado no erro. A esperança humana assenta na Razão, que se torna a medida da verdade.

A razão só funciona a partir de si mesma, pelo que a realidade se adequa a ela – e não o contrário como acontecia com os clássicos – e parece capaz de sobreviver ao cepticismo radical (em que sempre é possível duvidar). A vitória do cepticismo é agora um alívio, que permite a libertação dos fundamentalismos e dos dogmas.

Portanto, se para os clássicos a verdade está vinculada à vida, sendo teórica mas não abstracta, e procurada por o ser humano não se entender sem conhecer o mundo, usando um critério assente no objecto, com Descartes a verdade é abstracta e desvinculada da

realidade, deixa de ser propriedade do pensamento e privilegia-se um critério baseado no sujeito.

A relação pré-cartesiana pode ser *realidade-homem-fundamento da realidade*. Com Descartes pode ser *sujeito-Deus-Mundo*. Depois, na linguagem moderna traduz-se talvez por *realidade sensível-sujeito-Deus*.

No idealismo puro, a realidade material parece não existir, pelo que a verdade corresponde ao que é pensado. De acordo com Kant, a metafísica é fonte de desilusão e descrença, pelo que deve ser posta em causa; não será possível chegar às coisas em si, mesmo admitindo a sua existência.

Com Kant, a verdade é universal mas o objecto é avaliado do ponto de vista do sujeito. O idealismo transcendental defende a verdade fruto da consonância do entendimento com *as coisas* – por sua vez compostas pela síntese das categorias com os fenómenos, não possuindo consistência ontológica em si, pelo que o entendimento é constitutivo do objecto e, logo, da verdade.

Ou seja, Kant baseia-se em postulados não evidentes mas que se aceitam. O mundo moral não é racional. Sem postulados e convicções, a moral não parece funcionar. O homem, quando age moralmente, obedece a si mesmo.

Se o idealismo é uma teoria relativista, o realismo confere ao conhecimento valor absoluto. E uma *perspectiva realista* defende que a capacidade humana pode atingir o conhecimento, pelo que o erro resulta da discordância entre o discernimento e as coisas em si.

Os *existencialistas* como Kierkegaard, acentuam o carácter subjectivo da verdade. De um *ponto de vista pragmático*, com Dewey, Peirce e James, uma verdade, mais que relativa ao sujeito, depende das circunstâncias; não almeja à universalidade, pode entrar em contradição com outras verdades e preocupa-se apenas com o que é útil, vantajoso, profícuo.

Ou seja, uma teoria é tão mais verdadeira quando maior o seu êxito, em termos de resultados práticos. Del Barco explicava que quem acreditava num “deus menor” (fama e fortuna, poder, prazer) os princípios morais tendiam a separar-se do princípio que os fundamentava. Aproximavam-se de estratégias de acção acomodadas às circunstâncias.

Com Espinosa, Leibniz, Hegel e Bradley, nasce o que se entende por *teoria da verdade como coerência*. A verdade de um juízo consiste na coerência entre esse juízo – não com o objecto mas – com o sistema em que se insere.

Leibniz explicava que o encadeamento lógico das verdades só pode produzir verdades, e uma verdade não pode ser contrária a outra. Pelo contrário, com a *teoria da verdade como correspondência* de Moore, Russell, Ramsey, Wittgenstein e Tarski, temos a análise das condições lógicas e linguísticas das proposições verdadeiras.

A evolução do conceito de verdade não podia, por conseguinte, ter sido mais contrastante, com reflexos nítidos ao nível das expectativas que recaem sobre a sociedade.

Num primeiro momento, o pensamento dominante defende princípios de verdade assentes numa sociedade justa, harmónica e pacífica. Mas na era moderna muitas vezes prevalece a indeterminação ao carácter da verdade quando esta não é absoluta; no máximo aproximada. E se a escolha é entre verdade e liberdade, renuncia-se à primeira.

No mundo pós-cartesiano, portanto, quando se defende que é possível encontrar a verdade, o ónus da prova pertence-lhe. Uma demonstração prevê-se especialmente difícil, num mundo dominado pelo cepticismo, acabando por se optar pela via da ciência.

Mas então, a verdade torna-se igual à verdade científica? Nem todos o aceitam, tais como os adeptos do relativismo científico – se pensarmos que até os absolutos científicos são revisáveis. Recorde-se que, para Nicolau de Cusa, a verdade é incompreensível e não é obtida com rigor. A essência das coisas ainda não foi encontrada por ninguém. Uma tal ignorância deve ser admitida para mais nos aproximarmos da verdade.

No mesmo mundo pós-cartesiano, a liberdade não é ponto de chegada, mas um ponto de partida, se a entendermos como afirmação da dignidade pessoal – o indivíduo como ser para a liberdade.

Ser livre é agir sem necessidade, sem um motivo que o condicione. Um ser livre é autónomo e, para sê-lo, precisa ser espontâneo.

Mas se o ser humano é um ser social, que depende dos outros para viver e conviver, como poderá aspirar a uma liberdade sinónima de ausência de vínculos? Não será este conceito de liberdade, uma meta utópica?

Resultado, quando se exige o reconhecimento público da nossa liberdade individual e colectiva, contentamo-nos com a expressão puramente subjectiva da verdade. Parte-se do suposto que não é possível aspirar a mais. E assim vivemos *livremente cada um com a sua verdade*. O preço da liberdade, neste caso, é o relativismo.

O relativismo tem-se afirmado no séc. XXI. Trata-se de uma radicalização da posição dominante que nasceu com a modernidade. Pois, se para Kant e Descartes o ser humano quase se obrigou a recusar a verdade, no mundo contemporâneo a sensação é que a contrariedade já nem é a questão. Talvez a verdade filosófica seja a única que gera desconfiança, por obrigar a reflectir sobre verdades privadas.

Na actualidade, manifestar interesse pela filosofia de vida, sobre a verdade e pôr em causa as certezas com que nos bombardeiam diariamente é geralmente encarado como falta de pragmatismo.

Mas se caminhamos numa direcção insatisfatória (já nem digo errada, porque na era do relativismo impera o que é útil, eficiente e confortável), não será melhor parar um pouco para reflectir sobre o que fazer? **Para quê insistir no que já não resulta?**

**Sem coragem para a verdade, identificar-se-ão problemas apenas parciais e as soluções encontradas acabarão por ser mecanizadas e conjunturais. Jamais se resolverão as questões de fundo e o barco continuará a afundar.**